

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROJOVEM URBANO: PERSPECTIVAS SOBRE INSERÇÃO DOS BENEFICIADOS
NO SISTEMA EDUCACIONAL E MERCADO DE TRABALHO.**

AUGUSTO FERNANDO JAEGER

PORTO ALEGRE

2011

AUGUSTO FERNANDO JAEGER

**PROJOVEM URBANO: PERSPECTIVAS SOBRE INSERÇÃO DOS BENEFICIADOS
NO SISTEMA EDUCACIONAL E MERCADO DE TRABALHO.**

Trabalho de conclusão de curso

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Graduação em Ciências Sociais

Orientadora: Dra. Soraya Vargas Cortes

PORTO ALEGRE

2011

AUGUSTO FERNANDO JAEGER

**PROJOVEM URBANO: PERSPECTIVAS SOBRE INSERÇÃO DOS BENEFICIADOS
NO SISTEMA EDUCACIONAL E MERCADO DE TRABALHO.**

Trabalho de conclusão de curso

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Graduação em Ciências Sociais

Profa. Dra. Soraya Vargas Cortes

Prof. Dr. Marcelo Kunrath da Silva

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os amigos, colegas, professores que influenciaram de forma direta ou indireta em mais essa etapa da vida, sempre oferecendo carinho e amizade sem pedir nada em troca.

À minha namorada Adriana, que me aturou em momentos nos quais estava desamparado e angustiado e soube me dar a atenção e sensatez necessária para encontrar os caminhos para seguir adiante.

Aos meus falecidos avós Ilse e Nestor, por terem contribuído com inteligência e sabedoria, e também minha avó Norma, por sempre ter sido como uma segunda Mãe para mim. Bem como todos os meus tios e primos, por estarem sempre junto colocando em prática o conceito de família.

Aos meus irmãos André e Liseane, pela eterna amizade, maior que o laço sanguíneo, e aos momentos de descontração que fizeram de nossa casa um local acolhedor. E também por terem colocado no mundo meus queridos sobrinhos Pietra e Arthur

Ao meu Pai, Cláudio, que apesar de diferenças ideológicas e igualdades de gênio, sempre me ofereceu experiências de vida valorosas e soube me ensinar o que é ser uma pessoa de caráter.

Mas, sobretudo, e dedico a monografia a Ela, à minha Mãe (Marlise) que fez o possível e o impossível para que eu pudesse estudar e realizar meus sonhos, sempre me apoiando nas minhas decisões sem me julgar. A Ela dedico o trabalho e o diploma.

Agradeço a todos, e obrigado Mãe, a senhora é mais merecedora de um título do que eu.

RESUMO

Esta monografia trata de investigar as perspectivas que os alunos egressos do programa Projovem Urbano tinham antes de iniciar o curso, e se essas foram cumpridas ao término das aulas, principalmente, no quesito reinserção no sistema de ensino e inserção no mercado de trabalho. O programa Projovem Urbano beneficia jovens da faixa etária de 18 a 29 anos, com o único pré-requisito de serem alfabetizados. Os modelos explicativos sobre políticas públicas nos remetem a uma análise sobre o problema que o Projovem Urbano visa solucionar, nesse caso, é o problema da exclusão social vivenciada por jovens menos favorecidos. Dessa forma, o programa propicia o término do ensino fundamental, e paralelamente às aulas regulares, existe um aprendizado de um ofício, o chamado arco ocupacional. Utilizando-se de entrevistas em profundidade para obtenção de dados qualitativos para a análise de conteúdo, podemos compreender que as perspectivas dos participantes da pesquisa contrariam as afirmações presentes em trabalhos anteriores sobre o assunto. Apesar de um índice de evasão alto, e de problemas de implementação do programa, os alunos abordados avaliam de forma proveitosa a participação na política pública em questão.

Palavras-chave: Projovem Urbano, reinserção no sistema de ensino, inserção no mercado de trabalho, políticas públicas, exclusão social;

ABSTRACT

This monograph investigates the perspectives of former students of Projovem Urban Program had before initiating the course to see if they had been fulfilled. It addresses the question of reinsertion in the education system and insertion in the labour market. The Projovem Urbano Program targets young literate people from 18 to 29 years. The models on public policies induce us to think about an analysis of the problem that Projovem Urbano aims to solve: the social exclusion of poor young people. The Program helps them to finish basic education and to learn a professional skill, called in the Program, the *`arco ocupacional`*. The research has used interviews to get qualitative data for the content analysis. The conclusions indicate the perspectives of the participants of the research are positive about the Program, in contradiction of previous works' findings on the subject. Although there is a high rate of evasion, and implementation problems in the Program, the students evaluate positively the participation in the Program.

Keywords: Projovem Urbano, reinsertion in the education system, insertion in the labour market, public policy, social exclusion;

SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
2. Políticas públicas e o Projovem Urbano	14
3. Projovem Urbano.....	19
3.1 . Histórico do Projovem Urbano	19
3.2. Projovem Urbano em Novo Hamburgo	21
4. Projovem urbano e as perspectivas de seus egressos.....	23
4.1. Perfil dos entrevistados.....	23
4.2. Motivos que levaram os jovens a procurar o Projovem Urbano.....	27
4.3. O significado do Projovem Urbano para os entrevistados	29
4.4. Perspectivas dos alunos sobre a participação no Projovem Urbano	31
5. Considerações Finais	33
Referências bibliográficas	38
Apêndice I – Roteiro de entrevista – alunos.....	41
Apêndice II – Roteiro de entrevista – gestor do Projovem Urbano.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gênero dos jovens entrevistados.....	24
Figura 2 – Estado civil dos jovens entrevistados.....	24
Figura 3 – Renda familiar dos jovens entrevistados.....	25
Figura 4 – Possuem filhos?.....	26
Figura 5 – Possuem emprego?.....	26

1. Introdução

No contexto mundial globalizado as relações de trabalho sofreram significativas mudanças. A flexibilização do trabalho e a precarização tendem a aumentar os índices de desigualdade. Esse fato é conceituado por Robert Castel como “crise da sociedade salarial”. Para o autor, sociedade salarial é o momento histórico em que a proporção dos assalariados na população ativa passa a representar a maior parte dessa população (CASTEL, 1998). As transformações do mundo do trabalho fazem com que a maior parte da população trabalhe em subempregos ou simplesmente fiquem desempregadas, estando fora do sistema de seguridade social existente. Castel denomina esses indivíduos como os desfiliaados, ao tratar de exclusão social. A escolha desse termo está vinculada ao duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento social.

É por isso que ao tema da exclusão, hoje abundantemente orquestrado, preferirei o da desfiliação para designar o desfecho deste processo. Não se trata de uma vaidade de vocabulário. A exclusão é estanque (...) em contrapartida, falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a individualização social (CASTEL, 1998,p.26).

Ao utilizar o conceito de desfiliação para tratar de exclusão, o autor refaz uma construção histórica dos indivíduos que convivem fora do sistema de seguridade social vigente. Castel nos dá um bom desenho do que é a realidade das relações sociais, e principalmente no mundo do trabalho. Em tempos de globalização, quando o acesso às informações é cada vez mais facilitado e dinâmico, ter qualificação profissional deixa de significar o domínio de um conjunto de tarefas específicas relacionadas a um ofício.

Para um indivíduo ser inserido no mercado de trabalho formal é necessário, em geral, ensino médio completo. Nesse contexto aumenta a importância do acesso à educação e a cursos profissionalizantes para que os cidadãos possam ter um futuro no mundo do trabalho. Mesmo que a realidade

francesa a qual Castel se referia, seja diferente da brasileira, também no Brasil a inserção no mercado de trabalho depende de uma formação além da específica, especializada.

A presença de políticas públicas que visam alocar ou realocar indivíduos no sistema educacional e, em longo prazo, no mercado de trabalho, é de extrema importância em um país que aparece entre os dez piores em termos de distribuição de renda e que ao mesmo tempo é a 8º maior economia do globo (INDEX MUNDI, 2011). A existência de tamanha desigualdade faz com que mecanismos para redistribuir renda, e ampliar as oportunidades de inserção dos mais pobres no mercado de trabalho, venham sendo implementados no país. Desde a década de 90 essas políticas vêm aumentando, consideravelmente na nação. Programas como, Bolsa Família, Bolsa Escola, Fome Zero e Projovem Urbano são exemplos de políticas públicas elaboradas nesse período.

O programa Projovem Urbano, que consiste em reinserir jovens da faixa etária de 18 a 29 anos no âmbito escolar, dando a oportunidade para que possam finalizar o Ensino Fundamental. Como pré-requisito básico o aluno deve apenas saber a ler, dessa forma, o beneficiado pelo programa recebe um auxílio mensal para poder frequentar o curso de R\$ 100,00. Outro benefício oferecido pelo programa é o aprendizado de um ofício, paralelamente ao ensino escolar regular. O ofício é aprendido através de pequenos cursos básicos, os chamados arcos ocupacionais.

O diferencial do programa Projovem Urbano é fornecer a oportunidade para que jovens pobres possam voltar a frequentar o ambiente escolar, finalizando o ensino fundamental, exigência essencial para a procura por uma vaga no mercado de trabalho. Os arcos profissionais são outra forma interessante de auxiliar os jovens contemplados pelo Projovem. Atendendo à demandas de mercado, são transmitidas lições para que os mesmos possam aprender, ainda que de forma básica, um ofício que pode vir a ser útil nas vidas profissionais desses alunos.

O objeto da presente monografia é o programa Projovem Urbano e seus beneficiados, criado como uma intervenção governamental sobre essa população de jovens carentes que não completaram o ensino fundamental, para favorecer seu ingresso no mercado de trabalho. A pesquisa tem como objetivo estudar o programa em questão, com o intuito de analisar as expectativas que os alunos egressos possuíam antes da realização do curso e se essas mesmas foram atingidas ao término do programa. Foram ainda examinados os modos como o programa é organizado, do ponto de vista de sua gestão, bem como a literatura existente sobre políticas públicas e sobre o programa em questão.

Embasado em pesquisas realizadas anteriormente sobre o programa Projovem Urbano, notamos que os jovens participantes do curso possuem uma baixa expectativa sobre o programa – Blanco (2009) e Frigotto; Ciavatta e Ramos (2005). Em geral, as perspectivas desses jovens refletem a baixa confiança que possuem pelas intervenções do Estado em suas vidas. De acordo com Blanco (2009), ao analisar os índices de evasão de alunos do Projovem Urbano e investigando as percepções e saberes desses jovens, afirma que os beneficiados pelo programa transparecem um ceticismo quanto aos objetivos de reinseri-los no sistema educacional e no mercado de trabalho, bem como se encontram incrédulos à participação cidadã proposta.

Quando percebem situações de desemprego de seus pares ou de outros estratos com maior escolaridade, ou, ainda, quando demonstram pouco conhecer ou experimentar nas suas redes de via de acesso democrático ao ensino técnico e superior, parecem não encontrar um “solo firme” ou “caminho confiável” para superar as suas inseguranças sobre resultados futuros provenientes da experiência no Projovem. Suas incertezas, quando balizadas em redes sociais cotidianas que possuem poucas trajetórias e oportunidades de trabalho firmadas através da elevação de escolaridade, não encontram uma ancoragem segura, significativa em termos de *experiências em comum*, que possibilitem projeções de alcançar efetivamente uma maior mobilidade e integração a partir da conclusão do programa. (BLANCO, 2009, p.146).

Para Frigotto; Ciavatta; e Ramos (2005), o incentivo recebido mensalmente pelos beneficiados do programa não é o bastante para manter os jovens pobres no Projovem Urbano, afetando em suas perspectivas sobre o curso:

O preceito fundamental é a garantia, pelo Estado, de uma renda mínima que leve o jovem a retornar à escola, tendo, para isso, uma fonte de renda que compense o que ganharia trabalhando de forma precária. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.18).

As alegações de que as perspectivas dos jovens participantes do programa não demonstram confiança nas ações propostas pelo curso, servem de base para a construção de nossa hipótese. A pesquisa realizada para elaboração dessa monografia busca verificar se as perspectivas dos alunos egressos do Projovem Urbano confirmam as interpretações desses autores sobre o programa, quando eles apontam que o mesmo não alteraria as percepções dos alunos sobre as suas possibilidades de inserção no sistema educacional e no mercado de trabalho.

A pesquisa de dados secundários foi realizada em órgãos como IPEA, IBGE e Secretaria da Juventude da Cidade de Novo Hamburgo. Quanto aos dados qualitativos, primeiramente, foi feito contato com um dos órgãos administradores do Projovem Urbano em Novo Hamburgo, o PRONASCI (localizado no bairro Santo Afonso). Nesse local, nos encontramos com um dos gestores do programa no município. Algumas perguntas foram feitas a essa pessoa, para que tivéssemos uma noção de questões de gestão e de implementação do curso. Através dele conseguimos uma listagem com os nomes dos alunos egressos, formados em outubro de 2010. Dessa listagem foram selecionados 10 alunos (quatro do bairro Canudos, três do Santo Afonso e três do São Jorge), contudo, apenas sete desses puderam nos atender (dois do bairro Canudos, dois do Santo Afonso e três do São Jorge). Os encontros foram pré-agendados, e realizados nas casas dos beneficiados que se formaram no curso. Com o consentimento dos entrevistados, a entrevista foi

gravada, seguindo um roteiro previamente elaborado. É importante ressaltar que as identidades dos participantes foram mantidas em sigilo. Os nomes dados a cada um são pseudônimos. Os arcos profissionais investigados foram telemática, administração e vestuário.

Triviños entende que a entrevista em profundidade parte de questionamentos que surgem em virtude das hipóteses utilizadas na investigação, e que a partir da aplicação do instrumento, podem surgir novas hipóteses no decorrer da pesquisa. É importante ressaltar que as perguntas são elaboradas não apenas guiada pelas hipóteses, mas também pela literatura sobre o tema (TRIVIÑOS, 1995).

A técnica de análise empregada foi a análise de conteúdo. Novamente nos orientaremos através da obra Triviños. Para esse autor essa técnica é muito efetiva, visto que a base de dados e o conteúdo adquirido no campo, seja escrito ou gravado, são estáveis, e estarão sempre a nossa disposição. A análise de conteúdo é formada por três etapas: a pré-análise (organização dos materiais, bibliografias, questionários, etc.); a descrição analítica (onde os materiais utilizados e os que foram coletados durante o campo são submetidos ao estudo e a análise através das referências bibliográficas escolhidas); e a fase da interpretação referencial (que consiste na reflexão embasada nos materiais empíricos estabelecendo relações com a realidade em estudo) (TRIVIÑOS, 1995).

A primeira parte do trabalho trata de uma revisão de literatura sobre políticas públicas, bem como descrição sobre conceito de exclusão social utilizado, e o programa Projovem Urbano. Utilizaremos das referências já existentes para auxiliar na análise de conteúdo sobre o objeto de pesquisa.

Em seguida, encontramos um breve histórico do programa Projovem Urbano, e uma descrição de como ele é implementado atualmente no país e, principalmente no município de Novo Hamburgo. Após esse capítulo temos a apresentação dos dados coletados em campo.

Para encerrar, foram formuladas as considerações finais sobre a pesquisa, onde traçamos paralelos entre o trabalho de campo e a literatura

utilizada para análise bem como observações finais sobre o programa Projovem Urbano.

2. Políticas públicas e o Projovem Urbano

Historicamente, existem várias abordagens políticas que podem ser diferenciadas de acordo com seus focos de análise. Podemos enumerar o questionamento mais clássico da política, que diz respeito a responder qual é o verdadeiro sistema político em questão e como seria o governo ideal para ele. Um segundo questionamento seria aquele que se refere ao estudo do processo decisório e as forças e grupos políticos envolvidos. E também podemos focar nossos esforços para estudar os resultados que um sistema político está produzindo.

A abordagem que diz respeito à investigação dos resultados nas várias instâncias que formam um sistema político desdobra-se na análise de políticas públicas. De acordo com Klaus Frey essa vertente de estudo tem seu início nos Estados Unidos nos anos 50, enquanto que na Alemanha veio a consolidar-se apenas nos anos 70, em ambos os países conhecida como “*policy science*”. O autor se utiliza da definição de Windhoff-Héritier (1987) afirmando que o enfoque da “*policy analysis*”, ou políticas públicas, manifesta interesse em analisar “a interrelação entre as instituições públicas, os processos políticos e os conteúdos da política” com o “arcabouço dos questionamentos “tradicionais da ciência política” buscando a explanação das “leis e princípios próprios das *policies*¹ específicas” (Windhoff-Héritier 1987).

Rocha (2005) enfoca as correntes de análise de políticas públicas de forma mais específica. Segundo o autor, os modelos explicativos comportamentais (*behavioralism*) e pluralistas dominavam a cena da ciência política produzida nos Estados Unidos da América. Aqui são evidenciados dois modelos explicativos classificados como comportamentais: o pluralismo e o modelo marxista. Para ambos, a sociedade é o centro de todo o processo analítico, sendo os processos políticos-administrativos, assim como todas as

¹ Conteúdos da política; ordem do sistema político-jurídico; e a estrutura institucional do sistema político.

ações relacionadas ao estado, resultantes de estímulos advindos da sociedade e seus atores.

O modelo explicativo pluralista vislumbra uma distribuição de poder de forma permanente das sociedades, sendo ela composta de diversos centros de poder, onde nenhum desses se sobressai sobre os outros. Nesse modelo desataca-se a análise dos grupos de pressão, já que a união de vários desses pode definir as decisões tomadas pelo sistema estatal. Mais utilizados por grupos políticos de orientação liberal.

Já o arquétipo analítico marxista é baseado nas teorias de Karl Marx, e, em suma, tem como ponto de partida o estudo das relações da economia, classes sociais e estado. Nesse formato, as relações de classe são relações de poder servindo de instrumento investigativo para definir as interpretações sobre o dinamismo social e político. Para os adeptos dessa corrente o Estado vai ao encontro dos interesses do capital, ou seja, aos desejos da classe burguesa.

Em resposta a essas formas analíticas que coloca os atores sociais como centro de investigação, surge, no início da década de 80, o modelo neoinstitucionalista. Inicialmente, orientado pelas teorias denominadas “*state-centered*” (na qual os estados explicam a natureza das políticas governamentais) (SKOCPOL, 1985).

Assim, para neoinstitucionalismo, o Estado, ao contrário do que defendem os pluralistas e marxistas, não se submete simplesmente a interesses localizados na sociedade, sejam das classes ou dos grupos de interesse. As ações do Estado, implementadas por seus funcionários, obedecem à lógica de buscar reproduzir o controle de suas instituições sobre a sociedade, reforçando sua autoridade, seu poder político e sua capacidade de ação e controle sobre o ambiente que o circunda (ROCHA, 2005,p.4).

Essa vertente coloca o estado como variável independente, dotado de autonomia de ação, que é uma resultante do “insulamento da burocracia”. Entretanto a capacidade de cada Estado de controlar suas instituições, bem como o poder dos grupos de interesse e das classes sobre elas, somente pode

ser mensurado pelo exame de cada caso específico, definindo o “grau de insulamento” que cada Estado possui.

Przeworski (1995) critica a perspectiva “*state centered*”. Para esse autor essa ideia só é coerente se o Estado atribui sua autonomia a partir do monopólio da força física. Para ele essa afirmação não pode ser generalizada, já que em muitos países o exército é controlado pela sociedade civil. Além disso, em nações capitalistas, a maior parte do capital vem da iniciativa privada, o que coloque em xeque as teses sobre autonomia do Estado de Skocpol.

Para tanto, o que deve apontar a autonomia de um Estado é o conceito de “dominação”, ou seja, quando os seus governantes possuem objetivos, que muitas vezes não são interesses da sociedade civil, e conseguem implementá-los, mesmo em um regime democrático. Todavia, não se pode generalizar sobre a autonomia de um estado. Somente através de estudos de casos concretos verificamos o papel do Estado e da sociedade na tomada de decisões.

Partindo das teorias “*state centered*”, com ênfase maior no estado para controlar a sociedade, o neoinstitucionalismo evolui para um novo formato. O Estado não possui controle total sobre as políticas governamentais. Ele faz parte da sociedade e, como parte de um todo, pode ser influenciado com maior ou menor intensidade nas decisões tomadas. Regras eleitorais, plebiscitos e partidos políticos são fatores condicionantes dos interesses da sociedade civil.

Contudo as teorias sobre políticas públicas no nosso país são escassas. Concordando com essa ideia Souza (2006) constrói uma revisão das teorias sobre o tema. A autora define políticas públicas como sendo:

(..) o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e, ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, P.7).

Em seu trabalho, Souza busca associar quatro elementos da disciplina de políticas públicas: a própria política pública, a política, a sociedade política e as instituições onde existem os debates políticos, as decisões e os projetos e implementações dessas políticas. Para ela a análise deve se focar no tipo de problema que a política pública visa solucionar, “na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e a sociedade política (*polity*) e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação das políticas públicas” (SOUZA, 2006:21). Para o melhor entendimento do problema que deu origem a política arquitetada, das instituições e grupos políticos afetados e seus desdobramentos, o analista deve compreender os modelos e teorias resumidos acima.

No caso do programa Projovem Urbano, o problema que deu origem a essa política pública foi a exclusão de jovens da faixa etária de 18 a 29 anos, da escola e do mercado de trabalho. De acordo com Blanco (2010) na sociedade brasileira indivíduos dessa idade, pertencentes às classe menos favorecidas se encontram a margem das ações políticas projetadas pelo governo. Direitos específicos foram criados focando públicos como os trabalhadores, crianças e contribuintes (no caso da previdência), entretanto, a juventude continuava sem ter nenhum mecanismo de reivindicações de direitos, ou ações destinadas a inclusão dos jovens no sistema social.

A exclusão social é tema de debates de diversos autores das ciências sociais ao longo dos anos. Castel (1998) a partir da análise da sociedade francesa propõe um novo termo, mais abrangente que “exclusão”. A desfiliação seria um termo mais adequado, já que explica de uma forma mais detalhada a ausência de oportunidade de trabalho e de criação de laços com as instituições do Estado, que deveriam estar atendendo essa camada menos favorecida socialmente. Contudo, os pressupostos de Castel não podem ser trabalhados na realidade brasileira. Ao contrário da sociedade francesa (com seu modelo de Bem Estar Social), no Brasil as instituições políticas, sindicais ou até comunitárias não tiveram força para garantir os direitos básicos de cidadania de um indivíduo.

A sociedade brasileira possui singularidades. No Brasil nunca tivemos a garantia dos direitos básicos de um cidadão acessível a todos. O acesso ao mercado formal de trabalho também nunca foi maioria no nosso país. Martins (1997) chega a teorizar sobre a existência de uma sociedade dupla, antagônica em suas partes, com a presença de uma realidade onde se encontra o grupo de indivíduos com acesso no sistema de relações e reconhecimento social; e outra, onde temos um grupo de indivíduos excluído das instituições e grupos sociais e políticos, embora estejam inseridos de forma precária no mercado de trabalho (através dos “bicos”), não são atingidos pelas intervenções políticas do Estado e, sobretudo, sem condições de exercer seus direitos como cidadãos.

Para evitar a exclusão das camadas que não tem acesso às formas de seguridade social (CASTEL, 1998) surgem políticas públicas com a intenção de recolocar o indivíduo no sistema social vigente, oportunizando a ele o exercício de sua cidadania.

3. Projovem Urbano

Nesta seção apresentaremos um histórico do Projovem Urbano, política pública idealizada para atender jovens da faixa etária de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, desde sua criação até os moldes em que se encontra atualmente. A situação do programa no Brasil também é debatida, aprofundando a discussão no município de Novo Hamburgo, local onde foram realizadas as entrevistas que compõem o campo de pesquisa.

3.1. Histórico do Projovem Urbano

O programa do Governo Federal Projovem foi criado em 2005, através da medida provisória², como ação integrante da Política Nacional da Juventude lançada pelo Governo Federal. A meta era ser implantado nas capitais brasileiras nesse mesmo ano, atingindo jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental, tendo como único pré-requisito a alfabetização. O objetivo era elevar a escolaridade, a qualificação profissional - visando à inserção no mercado de trabalho – e a participação cidadã. Juntamente com a implementação do Projovem foram instituídas pela mesma medida provisória a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgãos que, em parceria com ministérios e universidades, são responsáveis pela gestão do programa em âmbito nacional. O Projovem, a SNJ e a CONJUVE, criados no âmbito da Política Nacional da Juventude, tinham como objetivos:

- 1) Articular as ações federais voltadas ao público juvenil de baixa renda; 2) promover a participação dos representantes dos vários grupos e organizações de jovens na reflexão e formulação da política da juventude; e, 3) melhorar as condições de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social extrema, por meio de transferências de renda e de ações de elevação dos índices de alfabetização e de escolaridade e de qualificação profissional – escopo original do Programa Nacional de

² Medida Provisória nº 238, de 01/02/2005, que veio a se tornar a Lei 11.129, de 30/06/2005.

Inclusão de Jovens – Projovem. (CASTRO E AQUINO, 2008, p.30).

O Projovem foi instituído como um programa emergencial atendendo a um segmento da população que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio e aprender um ofício para se inserir no mercado de trabalho. No ano de 2007, houve uma reformulação nos programas da Política Nacional da Juventude. Com a análise dos resultados obtidos nos primeiros anos de programa Projovem, e com o intuito de ampliar a integração entre as chamadas políticas emergenciais e destas com outras ações vinculadas a várias outras áreas de educação, esporte, lazer, cultura e saúde, houve uma junção destas ações em um único programa, o Projovem Integrado – que é subdividido em quatro categorias: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador (Blanco, 2009). Nesta monografia, o objeto em questão é o Projovem Urbano, que engloba jovens de 18 a 29 anos que não completaram o ensino fundamental e são alfabetizados.

O programa Projovem Urbano oportuniza aos seus participantes voltar a frequentar a sala de aula, e finalizar o ensino fundamental. Os beneficiados por ele recebem quantia de R\$ 100,00 mensais como auxílio para complementar seus estudos. Para receber o incentivo, e concluir o curso, os alunos do programa precisam ter 75% de frequência escolar. O dinheiro é repassado para Caixa Econômica Federal e retirado através de um cartão magnético confeccionado pelo mesmo órgão. Os estudantes matriculados têm a oportunidade de aprender uma qualificação profissional nos chamados arcos ocupacionais. Nesses são oferecidos cursos como Administração, Agroextrativismo, Alimentação, Arte e Cultura I, Arte e Cultura II, Construção e Reparos, Turismo e Hospitalidade, Tele Marketing, Beleza e Estética, entre outros. Os cursos referentes aos arcos ocupacionais são elaborados a partir de pesquisas visando atender necessidades de mão de obra qualificada dos Municípios participantes do programa.

O programa tem duração de 18 meses e é dividido em seis unidades formativas, com duração de três meses cada uma, são elas: juventude e cultura, juventude e cidade, juventude e trabalho, juventude e comunicação,

juventude e tecnologia e juventude e cidadania. Em cada unidade os educadores do Projovem Urbano são responsáveis pelo reposicionamento dos jovens em diferentes temas e esferas da sociedade, que incluem questões pedagógicas, de mercado de trabalho e de cidadania. Ao fim de cada unidade formativa, é aplicada uma prova. Em caso de aprovação o estudante passa para o próximo ciclo do curso. A soma das notas dessas seis etapas resulta na nota final do programa. Conforme dados extraídos da página oficial do Ministério da Educação existem 354.144 jovens matriculados no programa em 90 municípios.

Como finalidade principal o programa visa gerar uma formação integral aos jovens tendo em vista a formação básica, ou seja, conclusão do ensino fundamental; a qualificação profissional e a participação cidadã, com oportunidades para atuação social na comunidade. Como finalidades específicas o programa apresenta a reinserção do jovem no processo de escolarização; a capacitação dos jovens para o mercado de trabalho; a inclusão digital; ampliação do acesso dos jovens à cultura; e a participação dos jovens em ações coletivas.

As prefeituras que tem interesse em trazer o Projovem Urbano para as suas cidades precisam passar por uma seleção. É necessário cumprir os pré-requisitos que constam no edital, dessa forma, e mediante aprovação da câmara de vereadores, é possível implantar o programa nas cidades solicitantes. Semelhantemente, os educadores precisam passar por concurso, gerenciado pela coordenação do Projovem, para poderem ministrar aulas do curso.

3.2. Projovem Urbano em Novo Hamburgo

Novo Hamburgo é um município de colonização alemã que possui 238.940 habitantes (IBGE, 2010). A cidade possuiu certa notoriedade no passado por ser conhecida como “capital nacional do calçado”. Com a abertura da economia brasileira e, com a integração do Brasil ao processo de

globalização, as indústrias da cidade ganharam fortes concorrentes externos, sobretudo a China. Entretanto, o título de “capital nacional do calçado” ainda é referido pelos seus habitantes.

O contingente de jovens no município de Novo Hamburgo é bem representativo, 17% da população hamburguesa possui de 15 a 24 anos, Dentre aqueles que têm de 18 a 24 anos, 1,49% são analfabetos. A porcentagem de jovens dessa mesma faixa etária com menos de oito anos de estudo é de 40,97% (IPEA, 2000). Esses dados demonstram que para a cidade de Novo Hamburgo é muito importante uma política pública como o Projovem Urbano, já que através desta os jovens beneficiados tem a oportunidade de voltar a frequentar o ambiente escolar.

No município, o Projovem Urbano começou a ser implantando em 2006, quando ainda se chamava apenas Projovem. Desde então sempre houve turmas nos bairros mais carentes da localidade. São disponibilizadas 800 vagas divididas em quatro núcleos, que se encontram nos bairros com maior número de jovens que não completaram o ensino fundamental. Como de praxe, além das aulas normais, são oferecidos os arcos ocupacionais. Em Novo Hamburgo esses são: Administração, Telemática e Vestuário. A divulgação é realizada através de várias formas de mídia (televisão, rádio, cartazes). Todavia, conforme relatos de alunos e gestores, as formas de divulgação mais efetivas são as dos assistentes sociais comparecendo nos bairros mais carentes e informando, de casa em casa, sobre a existência do programa.

Os resultados do Projovem Urbano em Novo Hamburgo seguem a tendência dos outros estados da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Dos alunos que iniciaram o programa em abril de 2009 e finalizaram em outubro de 2010, 800 foram matriculados, sendo que destes, apenas 200 se formaram (somente 25%). Esses índices de evasão são considerados padrão nos estados citados acima, enquanto que nos estados do Norte e do Nordeste esse índice é menor do que 50%.

4. Projovem urbano e as perspectivas de seus egressos

A luz dos debates sobre políticas públicas e exclusão social, apresentamos a análise dos dados das entrevistas realizadas. O foco principal em questão é apreender se houveram mudanças nas perspectivas de vida dos jovens beneficiados pelo programa Projovem Urbano, na cidade de Novo Hamburgo, especialmente, nos quesitos reinserção no sistema educacional e inserção, ou aprimoramento, no mercado de trabalho.

4.1. Perfil dos entrevistados

Em outubro de 2010, formaram-se 200 alunos do Projovem Urbano em Novo Hamburgo. A quantidade de entrevistas utilizadas para o estudo em questão não possuem validade em termos de proporcionalidade estatística – fato inviável diante da dificuldade do campo de pesquisa – trata-se de um recorte da população de egressos de 2010, que podemos utilizar para um estudo básico. Todavia, elas seguem algumas tendências: conforme o trabalho de Blanco (2009), realizado nesse mesmo município, do universo de participantes matriculados 62% são mulheres onde 40% com faixa etária de 18 a 21 anos, 52% são solteiros e 45% são casados ou encontram-se em união estável, a maioria com uma renda familiar de 1 a 2 salários mínimos.

Entre os entrevistados para essa monografia, a maioria desses indivíduos são mulheres (cinco) solteiros (quatro). Na casa dos participantes moram de duas (quatro) a três pessoas (três), sendo que a renda familiar apresentada é de 1 a 2 salários mínimos, dessa forma temos uma renda per capita (levando em conta cada pessoa que depende dessa renda) de R\$ 545,30.

Figura 1: Gênero dos jovens entrevistados

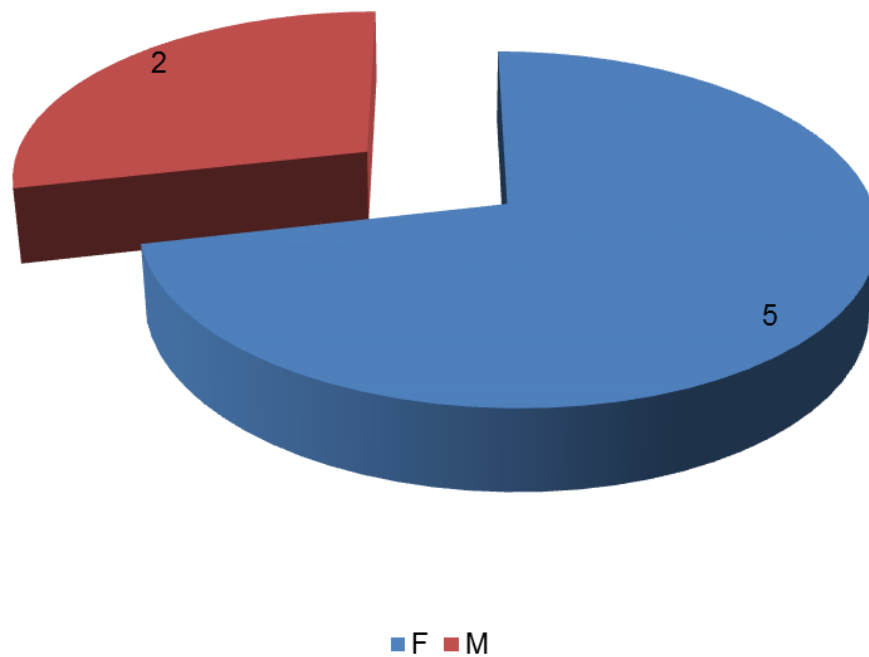


Figura 2: Estado civil dos jovens entrevistados

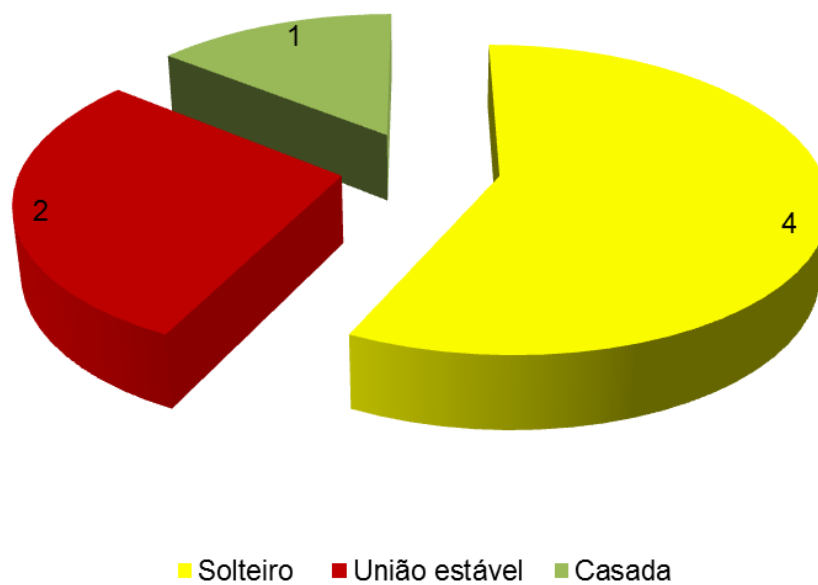
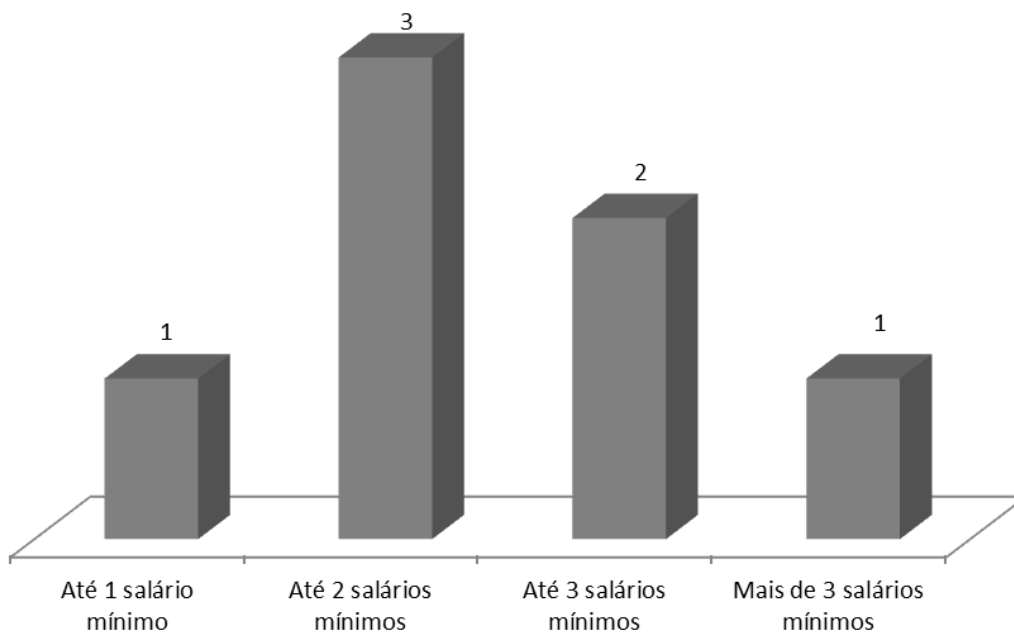
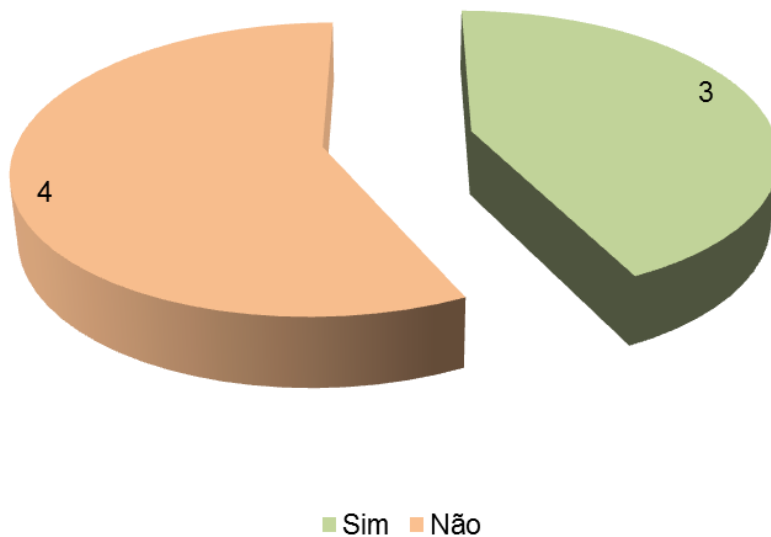
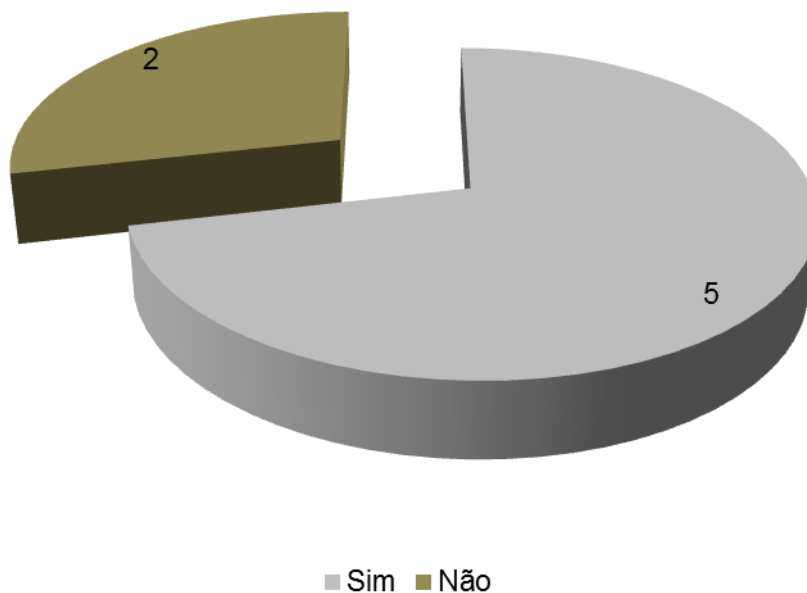


Figura 3: Renda familiar dos jovens entrevistados

Três participantes possuem filhos. Além disso, a maioria deles está empregado (cinco), dentre esses quatro possuem emprego de carteira assinada, ligados ao principal produto produzido na cidade de Novo Hamburgo, o calçado.

Figura 4: Possuem filhos?**Figura 5: Possui emprego?**

Apesar de a maioria dos jovens entrevistados não possuírem filhos todos eles são responsáveis, ou auxiliam de alguma forma no sustento da casa. Este fato nos permite compreender o principal motivo para que esses indivíduos

tenham largados os estudos. A dificuldade de seus pais, ou responsáveis, em sustentar a família, devido ao contexto de trabalho precário vivenciado em todas as famílias estudadas, obrigaram esses jovens a, desde muito cedo, trabalharem para auxiliar nas finanças da casa. Como bem descreve o relato de um dos jovens entrevistados:

Meu Pai morreu eu era muito pequeno ainda, nem me lembro dele, apenas por fotos. Minha Mãe além de cuidar de mim e dos meus irmãos, fazia faxina para ganhar algum dinheiro. Meu Padrasto sempre foi um homem esforçado, trabalhador. Mas como ele não era alfabetizado nunca conseguiu se manter em um emprego com carteira assinada, vivíamos de bicos. Aos 13 anos larguei o estudo, e comecei a ajuda-los, já que era o irmão mais velho. (Eduardo).

Esse depoimento representa muito bem a realidade de grande parte dos alunos matriculados no programa Projovem Urbano. Como a renda dos pais e responsáveis era insuficiente para manter toda a família, muitos deles tiveram que se desvincular do ambiente escolar para ingressar no mundo do trabalho prematuramente. Pereira (2007) enfatiza que se trata de uma juventude que ele chama de “envelhecida”, já que tiveram que assumir responsabilidades desde sua infância. Outra questão que pode ser debatida por meio do relato descrito é a influência da escolaridade dos pais ou responsáveis nas perspectivas de vida desses jovens. Entre todos os participantes da pesquisa a escolaridade dos pais ou responsáveis era ensino fundamental incompleto (da 1ª a 6ª série), dois participantes tinham Pai ou Mãe analfabetos.

4.2. Motivos que levaram os jovens a procurar o Projovem Urbano

Em geral os entrevistados ficaram sabendo do Projovem Urbano através de assistentes sociais que estavam encarregados de divulgar o curso nos bairros mais carentes do município de Novo Hamburgo. Outra forma de divulgação que se mostrou bem eficiente foi o “carro de som” que passava nas ruas anunciando o programa e dizendo a data e o local de inscrição. As matrículas foram efetuadas nos colégios onde seriam dadas as aulas do curso.

Alunos de três colégios foram entrevistados: Salgado Filho (no bairro Canudos); Tancredo Neves (também no bairro Canudos) e Arnaldo Grins (no bairro Santo Afonso). No decorrer do curso os alunos do colégio Tancredo Neves foram deslocados para o Salgado Filho, por conta do grande número de evasão que ocorreu naquele colégio. Quanto ao colégio Arnaldo Grins é importante salientar que houve um consenso entre os que estudaram nesse local. Eles alegam que o colégio estava mal cuidado, e também que a direção de lá não tinha uma boa aceitação em sediar os alunos do Projovem, muitas vezes chegando a desligar a água do estabelecimento.

Esses fatos vão ao encontro do que nos contou um dos gestores do Projovem no município. Para ele, a execução do programa ficava muito dependente da “boa vontade da direção dos colégios”, que muitas vezes não aceitava que outros alunos entrassem nos laboratórios de informática e em certas localidades dos colégios. As aulas dos arcos ocupacionais eram, na maioria das vezes, – principalmente as aulas de informática – realizadas na Universidade local, a FEEVALE.

Infelizmente não conseguimos controlar todas as ações do programa Projovem Urbano no município. Temos muitas reclamações de que as direções dos colégios não permitem a entrada de nossos alunos em certos locais do colégio. Acabamos sendo vítimas dessas direções, não podemos implementar o curso se não temos parceria dos colégios, ficamos dependentes da boa vontade dessas direções. (Diretor do PRONASCI, NH).

Em relação aos motivos que levaram os egressos a se matricular no programa Projovem Urbano, existe uma unanimidade entre os entrevistados. O curso é encarado como uma forma de acabar mais rápido o ensino fundamental, já que em 18 meses pode se completar essa etapa do estudo. Todos eles tinham a perspectiva de se matricularem no programa para ingressar no ensino médio e se qualificar para poder competir por vagas no mercado de trabalho. O que vai ao encontro com a pesquisa realizada por Blanco (2009), evidenciando que os desejos desses jovens era ter uma melhor

perspectiva social. O auxílio financeiro de R\$ 100,00 também foi citado como motivo, entretanto, de forma secundária, servindo mais como uma ajuda de custo para transportes e manutenção do aluno no curso do que como uma forma de renda.

A maioria dos jovens estudados escolheu o arco ocupacional de telemática, já que acreditavam esse ser muito útil no mercado de trabalho. Duas alunas escolheram vestuário para aprimorarem seus conhecimentos na área de costura, já que uma trabalhava como costureira em uma fábrica de calçados e a outra aprendeu no arco a fazer artesanatos em casa.

4.3. O significado do Projovem Urbano para os entrevistados

Contrariando as expectativas iniciais que tínhamos sobre o Projovem Urbano, embasado na literatura existente sobre o programa, os egressos participantes do estudo, em geral, demonstraram que o curso foi proveitoso, já que encerraram o ensino fundamental, fato que abriu portas para continuar os estudos e conseguirem uma melhor posição no mercado de trabalho. Aliado a isso, esses jovens consideraram que as aulas do arco ocupacional foram muito instrutivas, aprimorando suas qualificações profissionais para melhor competirem no mercado de trabalho.

Os estudantes, em geral, avaliaram o Projovem Urbano como sendo muito bom, comprovando um bom nível de aceitação por parte desses. Para muitos, o curso foi uma excelente oportunidade de concluir o ensino fundamental, como fica explícito no relato de Daniela:

Foi muito bom. Tive a oportunidade de retomar os estudos ganhando um benefício que me ajudou para me manter estudando. Não acreditava mais que conseguiria estudar, tentava, mas nunca conseguia vaga. Com o Projovem pude finalmente finalizar o ensino fundamental (Daniela).

Além de ser uma ótima forma de concluir o ensino fundamental, para os alunos do colégio Salgado Filho, no bairro de Canudos, também foi um meio de conseguir realizar coisas que não tinham imaginado. A direção do Projovem nacional promoveu um concurso de poesias, os melhores de cada estado eram contemplados com uma viagem para Brasília, para apresentarem seu trabalho na localidade. Para três alunos, essa foi uma excelente experiência.

Nunca tinha passado na minha cabeça que um dia eu poderia viajar de avião. Fiquei com um pouco de medo no início, mas foi muito bom. Lá (em Brasília) nos encontramos com alunos do Projovem de estados de todo o País. Foi muito bom ver o reconhecimento à poesia que eu escrevi (Antônio).

Todavia existiram críticas, principalmente em relação ao ambiente onde eram dadas as aulas e os professores. Duas alunas alegaram que os professores não estavam motivados para passar as lições. A qualidade de ensino foi considerada precária.

Alguns alunos que prosseguiram seus estudos e agora estão cursando o ensino médio afirmam que tem dificuldades para acompanhar as matérias dadas, sentem que não tem o mesmo preparo que os colegas que estudaram no ensino normal. Uma reclamação de todos, e que é importante de ressaltar, é que o programa Projovem Urbano não possui férias nos 18 meses em que ocorre, o que acaba por desmotivar muitos alunos, devido ao curso não ter interrupção das aulas.

Em relação aos arcos ocupacionais, foi unânime a satisfação dos participantes. A possibilidade de aprender uma profissão, mesmo sendo, de forma muito básica, agradou a todos os entrevistados. Para os jovens que escolheram os arcos de telemática e de administração o acesso à informática foi muito proveitoso, já que, nas palavras de um deles, “hoje em dia não existe mais trabalho sem saber lidar com o computador” (Eduardo). Os professores do arco ocupacional também foram muito elogiados, descrito como “atenciosos” e “solícitos”, enquanto que os professores do curso fundamental

regular eram descritos como desmotivados e que davam pouca assistência aos alunos.

Outra nota negativa, descrita por três dos entrevistados, foi o preconceito dos estudantes, e as vezes de professores ou da própria direção, da Universidade FEEVALE em relação aos jovens beneficiados pelo Projovem Urbano.

Alunos da FEEVALE diziam para nós que não deveríamos estar ali, já que quem estava pagando eram eles. Alguns dias quando um dos alunos do Projovem iam no banheiro ia um segurança junto, ficamos bem constrangidos (Marcela).

Esse depoimento demonstra que apesar dos esforços do programa Projovem Urbano em oportunizar o acesso à educação, ao mercado de trabalho e a cidadania, parte da sociedade ainda não aceita os beneficiados por esse curso como iguais. É necessário que ocorra uma mudança na forma de enxergar esses jovens. De nada serve frequentar as aulas por 18 meses para encerrar o ensino fundamental se a sociedade não aceitar a modalidade de ensino proposta por essa política pública.

4.4. Perspectivas dos alunos sobre a participação no Projovem Urbano

Os jovens entrevistados afirmaram ter boas perspectivas quando indagados sobre como a participação no Projovem Urbano havia influenciado na sua vida.

Em geral, o curso propiciou a esses jovens completarem o ensino fundamental de forma rápida, fato citado por todos os entrevistados quando questionados sobre o assunto. Praticamente todos apresentam o programa como sendo uma experiência positiva em suas vidas. Nos depoimentos coletados, podemos averiguar que a participação no curso abriu portas tanto no mercado de trabalho quanto no ensino.

Afetou de forma boa. Eu passava por fase difícil, trabalhava frio em casa. Acesso ao Projovem Urbano propiciou emprego melhor, já que pediam pelo menos ensino fundamental completo. Consegui emprego com carteira assinada, já faz um ano que estou nesse emprego. (Antônio)

Também houve indivíduos que a partir da participação no Projovem se motivaram para continuar os estudos.

Para mim a participação no Projovem fez com que eu tivesse vontade de estudar novamente. Consegui vaga para o ensino médio, já estou estudando. Antes do Projovem não achava que iria voltar estudar. Foi uma excelente oportunidade (Eduardo)

Todavia, um dos entrevistados relatou que o programa não havia mudado em nada sua vida. Disse que quando tentou se matricular para cursar o ensino médio ou procurar um emprego, o certificado de conclusão do Projovem Urbano não foi visto como o diploma de conclusão do ensino fundamental normal. Apesar da política pública Projovem Urbano visar a reinserção no sistema de ensino, inserção no mercado de trabalho e, através desses elementos, garantias de direitos de cidadão para os jovens participantes do Programa, as instituições envolvidas na execução da política não estão sensibilizadas com os objetivos propostos, criando barreiras para que os beneficiados possam ter um aprendizado de qualidade.

5. Considerações Finais

A monografia apresentada abordou as perspectivas dos alunos egressos do programa do Governo Federal Projovem Urbano, com objetivo de estudar se essas haviam sido atingidas ao término do curso. O foco do trabalho se deu nos quesitos reinserção no sistema de ensino e inserção desses atores sociais no mercado de trabalho.

O programa Projovem Urbano visa atender jovens da faixa etária de 18 a 29 anos, frequentando aulas do ensino fundamental e completando-o em 18 meses. Também oportuniza a qualificação profissional através dos arcos ocupacionais (no município estudado esses eram: telemática, administração e vestuário). O intuito dessa política pública é reintegrar esses atores sociais ao sistema de seguridade, ou seja, retirá-los do estado de exclusão social em que se encontram esses indivíduos.

Para Blanco (2010), não existia políticas públicas ou ações do Governo direcionadas aos cidadãos dessa faixa etária. O estatuto da criança e do adolescente atende jovens de até 18 anos. Após isso, esses se encontravam sem qualquer sistema de proteção social por parte do Estado brasileiro.

Nos debates sobre modelos analíticos de políticas públicas, o neoinstitucionalismo, inicialmente, defendia que o Estado e suas instituições tinham autonomia em relação à sociedade e seus grupos de interesses. Após crítica de Przeworski (1995) à teoria denominada *State-centered*, Skocpol (1995) revisou suas ideias e reformulou-as criando o modelo *polity-centered analysis*. Essa perspectiva busca equilibrar os papéis do Estado e da sociedade afirmando que o Estado, sendo uma peça, da sociedade pode influenciar tanto como ser influenciado por ela. Nesse sentido, as instituições e políticas públicas devem ser encaradas como condicionantes do interesse da sociedade civil. (ROCHA, 2005).

Esse fato vai ao encontro com as definições de Souza (2006). Para essa autora, o principal escopo no estudo analítico de políticas públicas encontra-se

na identificação do problema que tais ações estatais visam sanar. Compreendendo como se dá a chegada desse problema nos sistemas políticos e suas instituições e o seu consequente impacto na sociedade, verificando se seus efeitos estão gerando soluções a essa carência social. No caso do programa Projovem Urbano essa carência consiste na ausência de jovens de 18 a 29 anos no sistema educacional e mercado de trabalho, ou seja, a carência resulta da exclusão social presente no nosso País.

Dessa forma, através de entrevistas em profundidade realizadas para a investigação, trabalhamos com as perspectivas que os egressos do programa Projovem Urbano de outubro de 2010 tinham sobre o impacto do programa em suas vidas, principalmente nas possibilidades de continuar os estudos após término do curso e de inserção no mercado de trabalho. Também buscamos, através do instrumento de coleta, traçar o perfil dos beneficiados pelo programa.

Contrariando as expectativas que tínhamos no início da investigação, embasadas em estudos realizados sobre o Projovem Urbano, podemos concluir que as perspectivas dos participantes da pesquisa foram positivas, em se tratando das duas principais variáveis trabalhadas. O trabalho de Blanco (2009), realizado com alunos que estavam cursando o programa e com estudantes que haviam evadido o mesmo, tinha como objetivo entender as percepções desses alunos. Principalmente, para entender o alto número de evasão existente, que - segundo dados do site do Projovem e de informação passada para nós por um dos gestores do programa em Novo Hamburgo - chega, em média, a 75% a cada ingresso. As conclusões de Blanco mostravam uma desconfiança por parte desses estudantes na verdadeira efetividade do programa. A maioria acreditava que suas vidas não mudariam muito após o término do curso, mantendo-se sem perspectivas de alguma forma de ascensão social. Fato que para o autor poderia ser aplicado a outras políticas públicas arquitetadas no país.

Os resultados advindos da pesquisa realizada contrariam a hipótese construída para esse trabalho, que buscava confirmar a falta de perspectiva de

mudança da situação em que encontram os jovens atendidos pelo Projovem Urbano.

Como foi demonstrado na apresentação dos resultados, os entrevistados, em geral, deixaram explícita a sua satisfação pelo programa Projovem Urbano. Grande parte classificou o programa como proveitoso, enxergando uma melhora na qualidade de suas vidas, seja por meio da continuação dos estudos (através da possibilidade de matrícula no ensino médio), seja pela inserção no mercado de trabalho ou aumento nas suas qualificações profissionais por meio do curso e das lições dos arcos ocupacionais. Nesse sentido o relato de Carolina é emblemático:

Para mim o Projovem auxiliou muito. Estava desempregada na época, consegui um emprego há três meses somente porque havia completado o ensino fundamental. Estou até cursando o EJA no colégio PIO XII, quem sabe um dia posso até fazer uma faculdade. (Carolina)

A maioria dos participantes da pesquisa se satisfaz em pensar em concluir o ensino médio, entretanto, além de Carolina, Antônio acredita “que um dia ele terá a oportunidade de fazer uma faculdade de engenharia eletrônica”.

Levando em conta a teoria analítica de Souza (2006) que afirma que as atenções no estudo de políticas públicas devem se dar na identificação do tipo de problema a ser corrigido, e como essas ações estão sendo implementadas pelos gestores de governo e suas consequências na esfera social. Podemos dizer que, se admitimos que a problemática em questão seja a da exclusão social, e que o programa Projovem Urbano visa à resolução dessa temática através da reinserção no sistema de ensino e inserção no mercado de trabalho, propiciando aos contemplados pelo curso um melhor exercício de seus direitos como cidadão, que a partir dos resultados obtidos nessa pesquisa o programa em questão está oferecendo melhores perspectivas de mudança vida para seus participantes. Sob esse ponto de vista, podemos considerar que o Projovem Urbano está sendo bem sucedido nos seus objetivos principais.

Apesar disso, vemos que existem muitas questões onde o programa Projovem Urbano precisa melhorar. O número elevado de evasões precisa ser solucionado. Como já foi debatido nesse trabalho, esse alto índice de abandono ocorre devido à falta de confiança dos indivíduos para com as ações do Estado. É necessário que o Estado brasileiro recupere prestígio junto a esse público mais carente. Essas ações precisam ser efetivas em garantir o acesso à cidadania, e perder a fama de “higienizadoras” tentando dizimar a pobreza através da força (IANNI, 2004).

O Brasil é um país de contrastes. Contudo, assim como outras políticas públicas existentes, o Projovem Urbano deveria ter sido implementado de acordo com as singularidades e necessidades apresentadas nas diferentes regiões. Esse fator foi diagnosticado por meio de conversa realizada com o Diretor do PRONASCI de Novo Hamburgo. Que afirma que nas regiões Norte e Nordeste o programa é muito mais atrativo. O índice de evasão nessas regiões está abaixo dos 50%. Para o gestor essa diferença ocorre nas necessidades de cada região. Para ele nos estados das regiões Sul e Sudeste, as exigências de mercado são muito maiores, e a conclusão de apenas o ensino fundamental não é tão atrativa aqui quanto é em outras regiões. Muitas vezes os jovens concluintes do programa não conseguem vaga para cursar o ensino médio, ou não vislumbram isso no decorrer do curso. A sugestão dada pela maioria dos participantes da pesquisa seria existir um programa que atendesse também o ensino médio, tornando mais dinâmica e atrativa a reinserção no sistema de ensino.

Outros aspectos, que dizem mais a respeito da implementação do programa no município de Novo Hamburgo é a participação das escolas responsáveis pelo Projovem Urbano. A falta de colaboração de algumas direções foi um problema relatado com frequência nas entrevistas. Não dar as condições para que os alunos do programa possam aprender de forma adequada, como os estudantes matriculados de forma normal, não pode ocorrer. É preciso um controle maior por parte dos gestores do Projovem Urbano sobre as escolas. E essas, por sua vez, devem colaborar com a organização dessa política pública, que, apesar dos relatos negativos

presentes nos materiais coletados para a pesquisa, geram perspectivas positivas em se tratando de reinserção nos sistema de ensino e inserção no mercado de trabalho por parte dos alunos que concluíram o programa Projovem Urbano, para que esses possam ter o mínimo de condições para sair da situação de exclusão social e exercerem seus direitos como cidadãos.

Referências bibliográficas

BLANCO, Diego Monte. **À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano** [manuscrito]. 2009.

_____, Diego Monte. **O Projovem Urbano na trajetória das políticas para a juventude: Desafios do programa e perspectivas de análise**. In: Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, vol 2, N. 3, julho de 2010, p.1-12.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998.

_____, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”**. Caderno CRH, Salvador, n.26/27.p.19-40, jan/dez.1997.

CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni (orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abril de 2008. Disponível em: <http://ipea.gov.br>. Acesso em 20/05/2011

CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

FREY, Klaus. **Análise políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira**. In: Cadernos de pesquisa, N.18, setembro de 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso**. In: Educação Social, Campinas, vol.26, N.92, p. 1087 – 1113, outubro de 2005.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC; ANPOCS, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Novo Hamburgo.** Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> acesso em 14/05/2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Informações dos Censos de 1991 e 2000. Ano 2003.

INDEX MUNDI. **Brasil.** Disponível em <<http://www.indexmundi.com/pt/brasil/>> acesso em 28/06/2011.

MARTINS, José de Souza. **A exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: PAULUS, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

O PROGRAMA: FINALIDADE. **Projovem urbano.** Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br/site/interna.php?p=materias&tipo=Conteudos&cod=14>> acesso em 24/10/2010

PROJOVEM URBANO. **Caixa econômica federal.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/Social/Beneficios/projovem_urbano/saiba_mais.asp> acesso em 18/10/2010.

PROJOVEM URBANO. **Portal brasil.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/menu-de-apoio/apoio/brasil-agora/projovem-urbano>> acesso em 18/10/2010.

PRZEWORSKI, A. **Estado e economia no capitalismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. **Neoinstitucionalismo como modelo de análise de políticas públicas: algumas observações.** In: Civitas – Revista de Ciências Sociais, V.5, N.1, Janeiro a julho de 2005,p.11-28.

SKOCPOL, Theda. **Bringing the State back.** In: Strategies of analysis in current research. In: EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SCOKPOL, T. Bringing the State back. In. New York: Cambridge University Press, 1985.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** In: Sociologias, UFRGS/PPGS/IFCH, Porto Alegre, ano 8, nº 16, Jul/dez/2006.p.20-45

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1995

Apêndice I – Roteiro de entrevista – alunos

- Nome do (a) entrevistado(a):

- Idade: Sexo: Estado Civil:

- Possui filhos: Quantos: Possui emprego:

- Trabalha com o que: Renda familiar:

- Quando se formou no Projovem Urbano:

1. Até que série havia estudado?
2. Por que largou os estudos?
3. Qual é o grau de escolaridade, em média, de sua família?
4. Que importância você atribui aos estudos em sua vida, antes de participar do programa Projovem Urbano?

Sobre o Programa

5. Como ficou sabendo do programa Projovem Urbano?
6. Quais foram os motivos que te fizeram se interessar pelo programa?
7. Como se matriculou?
8. Em que escola teve as aulas? Que arco ocupacional foi escolhido por você?
9. Por que você escolheu esse arco ocupacional?
10. Em que esfera de sua vida você achava que o programa poderia auxiliar antes do início das aulas? (No que você achava que poderia auxiliar, que era apenas uma forma de terminar o Ensino Fundamental, por pressão familiar, pelo incentivo dado)?
11. No decorrer do programa essas expectativas citadas foram se modificando?
12. Quanto á expectativa com o arco ocupacional, qual era seu desejo inicial?
13. E no decorrer do curso esse desejo se alterou?
14. Ao final do curso essas opiniões iniciais, tanto do curso quanto do arco ocupacional foram confirmadas? (Se sim de que forma. Se não por quê?)
15. No que você acredita que o programa Projovem Urbano mais influenciou na sua vida?
16. Tem a intenção de continuar os estudos? (Se sim. Ensino Médio ou técnico)? E uma faculdade já pensou?

17. Em relação ao Projovem e o mercado de trabalho, você conseguiu um emprego ou melhorou seus conhecimentos sobre a função já exercida (conseguindo um aumento ou promoção) através do diploma do Projovem Urbano?
18. E quanto ao conhecimento adquirido no arco ocupacional, eles lhe auxiliaram na busca por um emprego ou pela melhora de seu ofício?
19. Considera que realmente aprendeu um ofício, do qual pode continuar exercendo através dessas lições?
20. Algum depoimento pessoal sobre coisas que marcaram durante e depois de frequentar o Projovem Urbano?

Apêndice II – Roteiro de entrevista – gestor do Projovem Urbano

- Nome do (a) entrevistado(a):
- Cargo:
- Quanto tempo no cargo:
- 1. Como é o funcionamento das verbas disponíveis pelo governo? (Pedir uma breve descrição do funcionamento do programa).
- 2. Como essa verba chega às instâncias responsáveis?
- 3. Como são escolhidas as cidades participantes?
- 4. Quais são os pré-requisitos para os municípios poderem participar do programa?
- 5. Quantas escolas, no momento, estão participando do programa?
- 6. Como são feitas as escolhas dessas escolas?
- 7. Como é feita a escolha dos educadores que trabalham para o Projovem Urbano?
- 8. Como é incentivada participação cidadã dos alunos?
- 9. Quantos jovens participaram do programa na última matrícula aberta?
- 10. Quantos se formaram e quantos evadiram?
- 11. Quais são os arcos ocupacionais disponíveis nas escolas de Novo Hamburgo?
- 12. Há um esforço por parte do PRONASCI em motivar os alunos a se manterem no programa?
- 13. Sobre os alunos evadidos? Sabem-se os principais motivos de sua evasão